COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.572, DE 2011, DO SR. VICENTE CÂNDIDO, QUE "INSTITUI O CÓDIGO COMERCIAL".

PROJETO DE LEI Nº 1.572, DE 2011.

Institui o Código Comercial.

Autor: Deputado Vicente Cândido

Relator-Parcial: Deputado Hildo Rocha

I – RELATÓRIO PARCIAL DO LIVRO RELATIVO AO AGRONEGÓCIO

Este relatório parcial diz respeito tão somente ao Livro relativo ao agronegócio, apresentado na forma da Emenda nº 33, de 2012, do Deputado Arthur Oliveira Maia, ao Projeto de Lei nº 1.572/11, o qual tramita nesta Comissão Especial, e da Emenda nº 34, de 2012, igualmente do Dep. Arthur Oliveira Maia.

Nesse Livro, ainda não numerado, relativo ao agronegócio, estão disciplinadas as matérias relacionadas a este segmento econômico.

A Emenda nº 33/12, que sugere a inclusão de 113 artigos ao Projeto de Lei nº 1.572/11, é constituída de um único título: Da Atividade Empresarial no Agronegócio.

O Título I divide-se em três Capítulos: (I) – Dos conceitos fundamentais; (II) Dos contratos do agronegócio; e (III) Dos títulos de crédito do agronegócio.

Já a Emenda nº 34/12 tem exclusivamente o fito de revogar a legislação extravagante que trata dos temas a serem inseridos no Código Comercial.

Entre os temas de maior relevância abrangidos pelo Livro relativo ao agronegócio destacam-se os seguintes:

a) Princípios do agronegócio:

Receberam primordial atenção no Livro o princípio da integração e a proteção ao meio ambiente. O da integração é aquele que tutela a cadeia das atividades econômicas relacionadas ao agronegócio, em detrimento dos interesses individuais dos empresários que nela operam. Justifica-se tal preocupação, vez que o adequado funcionamento da cadeia interessa à economia brasileira como um todo, de sorte que se torna de pouca relevância a vontade e o benefício individual.

A proteção do meio ambiente, por sua vez, constitui corolário do agronegócio, da maior expressão de sua função social, por ser fundamental à própria existência desta atividade econômica.

b) Riscos do agronegócio:

No Brasil, a alocação de risco entre os participantes da cadeia do agronegócio tem sido objeto de muito litígio. Em geral, em vez de aceitarem uma diferença desfavorável de preços resultante de operação cuja origem foi justamente a proteção da parte, o acordo acaba sendo levado à decisão dos tribunais. Fica, portanto, a alocação de riscos sem possibilidade de alteração, uma vez pactuada, o que traz maior segurança jurídica ao mercado de transferência de riscos no âmbito do agronegócio.

c) O contrato de depósito de produtos agropecuários:

Trata também o Livro do armazenamento de produtos agropecuários, com regras específicas, destacadas do contrato coberto pela Seção I do Capítulo III do Subtítulo II do Título II do Livro III e do contrato de depósito. É relevante que tal modalidade de depósito submeta-se a regras próprias, destacando-se a possibilidade de compensação financeira, conforme dispuser o acordo, na ocorrência de diferenças na qualidade ou quantidade das mercadorias restituídas a seu titular.

d) O contrato de integração agroindustrial:

Sendo um dos quatro contratos disciplinados no Capítulo II, a matéria reputa-se de extrema importância, tendo em conta representar grande parcela de produtores da cadeia agroindustrial e de ser responsável pelo provimento de grande parcela das exportações do País.

A disciplina carece de atenção especial não apenas por suas especificidades, em coerência com a fundamentação para existência deste Livro, mas pela ausência de regramento legal.

e) Títulos de crédito do agronegócio:

A Emenda nº 33/12, em comento, consolida a legislação de títulos de crédito do agronegócio, racionalizando o arcabouço jurídico aplicado a eles. Introduce, ademais, uma modalidade de Cédula de Produto Rural denominada CPR Exportação, destinada a representar produtos a serem exportados ou cuja venda seja legalmente equiparada à exportação pelo emitente ao credor.

I.II. Das emendas apresentadas aos dispositivos do Livro.

Em relação ao Livro relativo ao agronegócio, não foram apresentadas emendas na segunda fase, aberta durante a vigência da presente Comissão Especial e encerrada em 28 de abril de 2015.

II. Do Substitutivo do Relator-Parcial

Com base no art. 206, parágrafo único, IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, são oferecidas as seguintes alterações, na forma do Substitutivo anexo, proposto por este Relator-Parcial:

II. I – Da nova proposta:

Tendo em vista o fato de esta Comissão Especial contar com uma assessoria técnica composta por uma renomada comissão de juristas, nos foi entregue um aprimoramento da emenda inicial, o que levou esta Relatoria a usar como base para o Substitutivo que apresentamos este novo material, muito semelhante à emenda, contudo mais elaborado.

II. II – Das sugestões da Confederação Nacional da Agricultura (CNA):

A CNA submeteu à Relatoria deste Livro uma fundamentada lista de observações e sugestões, dentre as quais, foram incorporadas ao nosso Substitutivo as seguintes:

O artigo 7º passou a prever como atividade do agronegócio, além do processamento dos produtos, a prestação de serviços.

A sugestão de que, havendo comercialização dos excedentes, será a atividade incluída no agronegócio, está prevista no artigo 9º.

Procedemos à revisão dos princípios do agronegócio com a inclusão, em função das propostas da CNA, dos seguintes: livre iniciativa, propriedade privada, desenvolvimento agroempresarial sustentável, equidade distributiva na participação dos resultados da atividade, função social da cadeia produtiva agroindustrial, sustentabilidade das atividades do agronegócio, equidade entre as partes quanto ao poder de determinação de questões ligadas ao sistema de integração, e divisão de riscos inerentes à atividade.

Os requisitos mínimos a constar do contrato de integração derivam da acolhida integral de sugestão da CNA, que resultou na redação do art. 21, inclusive, na forma proposta pela comissão de juristas.

O artigo 22, que trata, no caso do contrato de integração, da invalidação de cláusula cuja redação não permita imediata, completa e correta inteligência de seu conteúdo e alcance por empresário do setor, também resultou de sugestão da CNA.

Foi pleiteado que o foro para a solução de controvérsias fosse o do produtor integrado. A determinação consta do artigo 23 do Substitutivo.

Manteve-se a redação existente na Emenda nº 33/12, para deixar claro que o contrato de integração agroindustrial é empresarial e não gera direitos trabalhistas, acrescendo o solicitado pela CNA, que também não é caracterizado como de prestação de serviços entre os agentes da cadeia produtiva.

II. III – Modificações adicionais no contrato de integração:

Como a integração configura-se uma das grandes tendências do agronegócio, além das sugestões feitas pela CNA e do aprimoramento derivado da recomendação da comissão de juristas, ouvimos integrados para complementar nosso entendimento da matéria.

Nesse sentido, agregamos as preocupações com o seguro a ser contratado, propondo que sejam observadas as coberturas da CDA e WA quanto à proteção ao integrador. No que tange à proteção ao integrado, a possibilidade de seguro contra a crise do integrador, conforme definido no artigo 24 do Substitutivo.

II. IV – Reformulação do contrato de monitoramento agroindustrial:

A proposta original do contrato em questão foi reformulada em razão de discussões mais aprofundadas.

Em decorrência da discussão, que resta resumida no Capítulo VI do Título III do Substitutivo que apresentamos, implantamos modificações substantivas e, de modo a evitarmos problemas de referência, preferimos fazer as alterações com a identificação e ordenamento dos artigos utilizando letras acrescidas ao numeral 37. Todavia, se o presente Substitutivo for adotado pelo Relator Geral, vindo a compor seu Substitutivo, entendemos que será a ocasião para a renumeração de todo este Livro (como referido no artigo 1º do nosso Substitutivo) e, em decorrência, dos artigos que compõem o Capítulo IV anteriormente mencionado.

Diante de todo o exposto, nosso voto, neste Relatório Parcial, é pela aprovação do Livro II do PL nº 1.572/11, mediante a **aprovação** da Emenda nº 34/12 e a **aprovação parcial** da Emenda nº 33/12, **nos termos do Substitutivo anexo.**

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado HILDO ROCHA

Relator-Parcial do Livro relativo ao agronegócio

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.572, DE 2011, DO SR. VICENTE CÂNDIDO, QUE "INSTITUI O CÓDIGO COMERCIAL".

SUBSTITUTIVO DO RELATOR-PARCIAL AO LIVRO II - PROJETO DE LEI Nº 1.572, DE 2011.

Institui o Código Comercial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Insira-se no projeto de lei em epígrafe o seguinte Livro relativo ao agronegócio:

“Livro [...] Do Agronegócio

Título I – Dos princípios aplicáveis ao agronegócio

Art. 1º São princípios aplicáveis ao agronegócio os seguintes:

I – livre iniciativa;

II – propriedade privada;

III – desenvolvimento agroempresarial sustentável;

IV – equidade distributiva na participação dos resultados da atividade;

V – função social da cadeia produtiva agroindustrial;

VI – sustentabilidade das atividades do agronegócio;

VII – integração e proteção das atividades da cadeia agroindustrial;

VIII – equidade entre as partes quanto ao poder de determinação de questões ligadas ao sistema de integração;

IX – divisão de riscos inerentes à atividade; e

X – intervenção mínima nas relações do agronegócio.

Art. 2º *O agronegócio deve ser desenvolvido de forma sustentável, mediante o uso adequado do solo, da água e dos recursos animais e vegetais, com processos tecnicamente apropriados e economicamente equilibrados, visando ao contínuo desenvolvimento da produção de alimentos, fibras, bioenergia e resíduos de valor econômico.*

Parágrafo único. A atividade sustentável no processamento pressupõe a recuperação, tratamento e eliminação de efluentes e resíduos sólidos.

Art. 3º *Na solução judicial ou arbitral de conflitos de interesses surgidos no contexto do agronegócio, deve ser observada e protegida a finalidade econômica desta cadeia de negócios, ainda que em detrimento dos interesses individuais das partes que nela operam.*

Art. 4º *A intervenção jurisdicional na solução de conflitos de interesses no contexto do agronegócio, limitada no tempo e no escopo, visa a preservar as condições originalmente estabelecidas.*

Art. 5º *Na interpretação dos negócios jurídicos no âmbito do agronegócio serão considerados os fins comuns à atividade e, ainda, os usos e costumes praticados no mercado agroindustrial, conforme as melhores práticas do comércio nacional e internacional de bens e serviços agroindustriais.*

Art. 6º *As atividades realizadas no âmbito do agronegócio são bem jurídico protegido em razão do interesse nacional.*

Título II – Da Atividade Empresarial no Agronegócio

Capítulo I – Dos conceitos fundamentais

Art. 7º O agronegócio é composto pela cadeia de negócios inerentes às seguintes atividades econômicas:

I - fabricação e fornecimento de insumos, máquinas, inclusive automotrizes, e equipamentos agrícolas, pecuários, de aves, de suínos, de reflorestamento, pesca ou aquicultura (inclusive piscicultura), bem como seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

II - produção, beneficiamento, armazenamento, comercialização, processamento, transformação, transporte e distribuição de bens agrícolas, pecuários, de reflorestamento, pesca e aquicultura, bem como de seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico;

III - prestação de serviços relacionados à consecução de uma ou mais das atividades mencionadas neste artigo.

Art. 8º *Incluem-se no agronegócio:*

I – os contratos de financiamento e títulos de crédito a ele relacionados;

II - as operações de precificação e sua proteção realizadas em mercado de balcão e de bolsas de mercadorias e futuros; e

III – a gestão de risco agrícola ou agroindustrial, bem como os instrumentos contratados junto ao mercado segurador.

Art. 9º *As atividades de exploração da terra por grupo de produtores de baixa renda que comercializam seu excedentes, desde que organizados em micro ou pequenas empresas, bem como em cooperativas, são incluídas no agronegócio.*

Art. 10. *Integra o agronegócio e está sujeita às normas deste Livro qualquer pessoa física ou jurídica que desenvolva as atividades definidas neste Capítulo I, ainda que não registradas no Registro Público de Empresas.*

Parágrafo único. Inserem-se na cadeia agroindustrial, além de outros empresários:

I – o produtor rural de bens agrícolas, pecuários, de aves, de suínos, de reflorestamento, pesca ou aquicultura (inclusive piscicultura), bem como seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

II – a sociedade empresária comercial e a “trading company”;

III – o fornecimento de insumo, serviço ou tecnologia para o agronegócio;

IV – o armazém agropecuário;

V – a indústria de alimentos, fibras e oleaginosas como integrante da cadeia agroindustrial; e

VI – os operadores de bens ou direitos negociados em bolsa de mercadoria e futuro ou mercado de balcão.

Capítulo II – Dos negócios e da alocação dos riscos na cadeia agroindustrial

Art. 11. *A distribuição, direta ou indireta, dos riscos associados a negócios jurídicos livremente pactuados na cadeia agroindustrial não pode ser alterada.*

Art. 12. *Os riscos inerentes às atividades do agronegócio, desde que previsíveis e não extraordinários, ainda que posteriores à emissão do título ou à celebração de contrato do agronegócio, beneficiam ou prejudicam exclusivamente a parte que os assumiu.*

Parágrafo único. *Consideram-se previsíveis e não extraordinários, dentre outros, os seguintes riscos:*

I – alteração de preços, quando estiverem referenciados em bolsas de mercadorias e futuros, nacionais ou estrangeiras, ou tiverem sido estipulados por meio de índices divulgados por instituições reconhecidamente idôneas e de ampla referência no mercado;

II – variação cambial, caso o preço do bem objeto do negócio estiver referenciado em moeda estrangeira; e

III – quebra ou excesso de safra, desde que não decorrente da ação ou omissão humana.

Art. 13. *A obrigação decorrente do agronegócio só pode ser revista se a parte interessada provar que a revisão não prejudicará o cumprimento da finalidade da cadeia de negócios.*

Art. 14. *É válida a cláusula, constante de contrato ou título integrante do agronegócio, que adota como referência de preço moeda estrangeira, desde que o pagamento e liquidação das obrigações ocorram em moeda nacional, quando:*

I – o objeto da obrigação for bem ou direito admitido à negociação em bolsa de mercadorias e futuros internacional ou resultante de operação de balcão;

II – a referência for estipulada por meio de índices divulgados por instituições reconhecidamente idôneas e de ampla referência no mercado internacional de produtos e insumos agrícolas, pecuários, de reflorestamento, pesca e aquicultura;

III – se tratar de negócios relacionados à importação ou exportação, direta ou indireta, de produtos e insumos agrícolas, pecuários, de reflorestamento, pesca e aquicultura, incluindo seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico; ou

IV – quaisquer das partes for residente ou sediada no exterior.

Título III – Dos contratos do agronegócio

Capítulo I – Dos contratos agrários

Art. 15. *A posse ou uso temporário da terra para a exploração de atividades agrícolas, pecuárias, agroindustriais ou extrativistas será exercida em virtude de contrato agrário, expresso ou tácito, sob a forma de:*

I – arrendamento rural; ou

II – parceria agrícola, pecuária, agroindustrial ou extrativista.

Parágrafo único. *A exploração da terra, nos contratos agrários, deverá observar os critérios de eficiência e rendimento, prever a adoção de práticas conservacionistas e o emprego de tecnologia de uso corrente nas zonas da situação do imóvel, mantidas as condições de administração e as posturas de natureza social consideradas mínimas para a respectiva região.*

Art. 16. *Arrendamento rural é o contrato agrário pelo qual o possuidor cede a outra pessoa, por tempo determinado ou não, a posse do imóvel rural, parte ou partes deste, incluindo, ou não, a de outros bens, benfeitorias ou facilidades, com o objetivo de exploração de atividade agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista, mediante retribuição ou aluguel.*

Art. 17. *Parceria agrícola, pecuária, agroindustrial ou extrativista é o contrato agrário pelo qual uma pessoa cede a outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes dele, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias ou facilidades, com o objetivo de exploração de atividade agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista, mediante partilha, isolada ou cumulativamente, dos riscos associados:*

I – a caso fortuito ou de força maior do empreendimento rural;

II – à geração dos frutos, produtos ou lucros havidos, nas proporções que estipularem, observados os limites da lei; ou

III – às variações de preço dos frutos obtidos na exploração do empreendimento rural.

Parágrafo único. *Omisso o instrumento contratual, ocorrendo força maior, se a perda for total, extingue-se o contrato, não cabendo a nenhuma das partes responsabilidade por perdas e danos, e, se for parcial, repartir-se-ão os prejuízos entre os contratantes, proporcionalmente à participação contratada nos resultados da parceria.*

Art. 18. Os contratos de arrendamento rural ou de parceria agrícola, pecuária, agroindustrial ou extrativista regem-se pelas disposições deste Código e da legislação especial.

Capítulo II – Do contrato de integração agroindustrial

Art. 19. Pelo contrato de integração, empresários do agronegócio, sendo pelo menos um deles produtor, obrigam-se a conjugar recursos e esforços na exploração de atividade econômica agroindustrial, por meio de um sistema congruente de integração, visando à produção de bens agrícolas, pecuários, de aves, de suínos, de reflorestamento, pesca ou aquicultura (inclusive piscicultura), bem como seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

Art. 20. O produtor é o contratante integrado e o outro empresário ou os demais empresários contratantes são os integradores.

Art. 21. São requisitos mínimos para os contratos de integração, sob pena de nulidade:

I – a redação clara e precisa das cláusulas contratuais em língua portuguesa;

II – a descrição do sistema de integração, com a definição das responsabilidades e obrigações de cada parte;

III – as definições dos padrões mínimos e os métodos de aferição da qualidade dos insumos fornecidos pelo contratante integrador e do produto a ser entregue pelo contratante integrado;

IV - as formas e os prazos de pagamento ao contratante integrado, multa moratória e o valor mínimo a ser pago ao contratante integrado para cada ciclo de produção;

V - os valores, prazos e condições dos créditos ou insumos eventualmente fornecidos pelo contratante integrador ao contratante integrado, que devem respeitar os ciclos de produção;

VI - a definição de prazo para aviso prévio de interrupção do contrato, que deve levar em consideração os ciclos de produção e o montante dos investimentos realizados pelas partes;

VII - a previsão de plano de descarte de embalagens de agroquímicos, desinfetantes e produtos veterinários, sendo certo que a agroindústria integradora deve se responsabilizar pela adequada destinação de tais embalagens de acordo com a legislação específica aplicável;

VIII – a previsão de uma instância paritária e imparcial de solução das divergências, de natureza técnica ou operacional, surgidas na implantação do sistema de integração; e

IX – a nomeação de profissional, devidamente registrado no Conselho Regional de Administração, para a administração do contrato.

Art. 22. *Não produzirá efeitos a cláusula do contrato de integração agroindustrial cuja redação não permitir imediata, completa e correta inteligência de seu conteúdo e alcance por empresário do setor.*

Art. 23. *É competente o foro do domicílio do contratante integrado para a ação que vier a discutir litígio decorrente do contrato de integração.*

Art. 24. *O sistema de integração pode contar com:*

I - seguro da produção: definidos no contrato os critérios de escolha da seguradora, a extensão da cobertura, observado o disposto no artigo 84, e a responsabilidade pelo pagamento do prêmio; e

II – seguro contra crise do integrador: definidos no contrato os critérios de escolha da seguradora e a responsabilidade pelo pagamento do prêmio, com cobertura dos valores devidos pelo integrador ao integrado em caso de falência ou de recuperação judicial do integrador.

Art. 25. *Na implantação do sistema de integração, todos os bens fornecidos ou disponibilizados ao produtor integrado presumem-se da titularidade do contratante integrador que os forneceu ou tornou disponível, incluindo animais, sementes e produtos agrícolas ou de reflorestamento, ainda que em curso o processo de produção.*

Parágrafo único. Se o contratante integrado for empresário individual, o contrato de integração poderá estabelecer, se for o caso, e se não houver impedimento sanitário, cotas da produção para a sua subsistência e de sua família.

Art. 26. O contratante integrador tem o direito de fiscalizar a implantação e condução do sistema de integração agroindustrial, inclusive mediante acesso ao estabelecimento ou à produção de titularidade do contratante integrado, nas condições estabelecidas no contrato.

Art. 27. Compete conjuntamente às partes, planejar medidas de prevenção e controle de pragas e doenças, realizar o monitoramento da saúde animal e vegetal e executar ações emergenciais em caso de surto epidemiológico.

Art. 28. O contrato de integração agroindustrial é empresarial e não gera direitos trabalhistas e nem é caracterizado como de prestação de serviços entre os agentes da cadeia produtiva.

Capítulo III – Do contrato de depósito de produtos agropecuários

Art. 29. O contrato de depósito de produtos agropecuários regula a relação comercial entre o depositário e o depositante, no exercício da atividade, pelo primeiro, de guarda e conservação de bens e emissão de títulos armazenários.

Art. 30. Entre outros elementos de livre disposição, o contrato de depósito de produtos agropecuários conterá, obrigatoriamente, o objeto, o prazo de armazenagem, o preço e a forma de remuneração pelos serviços prestados, os direitos e as obrigações do depositante e do depositário, a capacidade de expedição e a compensação financeira por diferença de qualidade e quantidade do produto objeto do depósito.

Art. 31. Os armazéns agropecuários emitirão comprovante de depósito com numeração sequencial de que constem, no mínimo, os seguintes dados:

I – a identificação do depositante e do depositário;

II – a especificação do produto, seu peso líquido e bruto, sua qualidade, a forma de acondicionamento, o número de volumes ou fardos;

III – o endereço onde se encontra depositado; e

IV – o valor dos serviços de armazenagem e a periodicidade de sua cobrança.

§ 1º *O comprovante previsto no caput deste artigo deverá mencionar que o depósito se sujeita ao disposto na Lei nº 9.973, de 29 de maio 2000, e seu regulamento.*

§ 2º *O comprovante será restituído ao depositário por ocasião da entrega da mercadoria ou quando de sua substituição por outros títulos que venham a ser emitidos.*

§ 3º *A emissão de títulos representativos, Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e de Warrant Agropecuário (WA) seguirá as disposições específicas deste Código.*

Art. 32. *Poderão ser objeto de contrato de depósito os produtos agropecuários, seus subprodutos e seus resíduos de valor econômico, admitida a guarda a granel, no mesmo silo ou célula, de bens de diferentes depositantes, desde que sejam da mesma espécie, classe comercial e qualidade.*

Parágrafo único. *Na hipótese de que trata este artigo, o depositário poderá restituir o produto depositado ou outro, respeitadas as especificações.*

Art. 33. *A comercialização do produto recebido em depósito requer a prévia concordância formal do depositante, ou a de seu representante legal, devendo o documento de formalização ser mantido arquivado até o vencimento do contrato.*

Parágrafo único. *Somente os depositários cujas unidades armazenadoras estejam certificadas nos termos da legislação específica poderão praticar o comércio de produtos similares aos recebidos em depósito.*

Art. 34. *O depositário é responsável pela guarda, conservação da qualidade e da quantidade, e pela pronta e fiel entrega dos*

produtos que tiver recebido em depósito, na forma prevista no contrato de depósito, inclusive em caso de avaria, de vícios provenientes da natureza e do acondicionamento dos produtos.

§ 1º O depositário não se responsabiliza pela natureza, pelo tipo, pela qualidade e pelo estado de conservação dos produtos contidos em invólucros que impossibilitem sua inspeção, ficando sob inteira responsabilidade do depositante a autenticidade das especificações indicadas.

§ 2º O depositário e o depositante poderão definir, de comum acordo, a constituição de garantias, as quais serão registradas no contrato de depósito ou no Certificado de Depósito Agropecuário (CDA).

§ 3º O depositário responderá por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos, pelos furtos, roubos e sinistros ocorridos com os produtos depositados, bem como pelos danos decorrentes de seu manuseio inadequado, na forma da legislação específica.

§ 4º O presidente, o diretor e o sócio-gerente de empresa privada, ou o equivalente no caso de cooperativas, assim como o titular de firma individual, assumirão, solidariamente com o fiel depositário, responsabilidade integral pelas mercadorias recebidas em depósito.

§ 5º São nulas as cláusulas contratuais que restrinjam as responsabilidades do depositário previstas na lei especial ou em seu regulamento.

Art. 35. *O depositário é também obrigado:*

I – a prestar informações, quando autorizado pelo depositante, sobre a emissão de títulos representativos do produto em fase de venda e sobre a existência de débitos que possam onerar o produto;

II – a encaminhar informações ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma e periodicidade que este regulamentar; e

III - a celebrar contrato de seguro com a finalidade de garantir, a favor do depositante, os produtos armazenados contra incêndio, inundação e quaisquer intempéries que os destruam ou deteriore.

Art. 36. *O depositante tem o direito de acesso ao local de depósito para verificar as condições de guarda e conservação dos produtos depositados, assim como de exame da documentação a eles pertinentes.*

Art. 37. *O depositário tem direito de retenção sobre os produtos depositados, até o limite dos valores correspondentes, para garantia do pagamento de:*

I – armazenagem e demais despesas tarifárias;

II – adiantamentos feitos com fretes, seguros e demais despesas e serviços, desde que prévia e devidamente autorizados, por escrito, pelo depositante; e

III – comissões, custos de cobrança e outros encargos relativos às mercadorias depositadas.

Parágrafo único. *O direito de retenção não poderá ser exercido quando existir débito perante o depositante, decorrente de contrato de depósito, em montante igual ou superior ao dos créditos relativos aos serviços prestados.*

Capítulo IV – Do contrato de monitoramento agroindustrial

Art. 37-A. *Pelo contrato de monitoramento agroindustrial, o prestador de serviço contratado, pessoa física ou jurídica com reconhecida capacidade técnica, se compromete a produzir e fornecer ao contratante e a quem mais este venha indicar, elementos e dados técnicos e factuais para ou acerca da realização de negócios jurídicos no âmbito da cadeia agroindustrial, respondendo nos termos da lei, pelas eventuais falhas na prestação do serviço.*

Art. 37-B. *O contrato de monitoramento agroindustrial poderá ter por objeto elementos e dados técnicos acerca:*

I – da implantação, condução, colheita ou corte de lavouras temporárias e permanentes, nestas incluídas as florestas plantadas;

II – do abate e criação de animais em suas diversas fases de desenvolvimento;

III – da gestão das atividades de beneficiamento, processamento, transformação, armazenamento, comercialização, transporte e distribuição de produtos agropecuários, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico;

IV – da fabricação e fornecimento de insumos, máquinas, inclusive automotrizes, e equipamentos agrícolas, pecuários, de reflorestamento, pesca e aquicultura;

V – do planejamento e do fluxo produtivo relativo a plantas agroindustriais e fundos de comércio integrantes da cadeia agroindustrial.

§ 1º Com relação aos serviços indicados no inciso I deste artigo, deverão ser elaborados pelo prestador de serviço contratado, relatórios que indiquem:

I - a tecnologia efetivamente adotada, especificando, no mínimo, os tratos culturais realizados; a correção da acidez do solo, se houver; o tipo de plantio, se direto ou convencional; a adubação; o controle de pragas, doenças e plantas daninhas; e o controle de erosão;

II - as condições climáticas prevalentes nas diversas etapas do ciclo produtivo, com a indicação do índice pluviométrico e temperaturas médias;

III - a produtividade verificada em safras anteriores e a estimada para o corte, o abate ou a safra pendente; e

IV - cultivares ou variedades utilizadas na implantação das lavouras ou florestas, quando aplicável.

§ 2º Com relação aos serviços indicados no inciso II deste artigo, deverão ser elaborados pelo prestador de serviço contratado, relatórios que indiquem:

I - a condição sanitária do rebanho;

II - a infraestrutura produtiva disponível e o manejo adotado;

III - o regime alimentar e o uso ou não de suplementação;

e

IV - estimativa de engorda dos animais, por período.

§ 3º O contrato de monitoramento agroindustrial também poderá ter por objeto levantamentos periódicos, conforme expressamente acordado no contrato, cujos respectivos relatórios igualmente deverão atender ao previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 4º Os relatórios de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo poderão conter outros dados e informações livremente convencionadas no contrato de monitoramento agroindustrial.

Art. 37-C. As falhas na prestação dos serviços de monitoramento agroindustrial, independentemente de dolo ou culpa do prestador de serviços, deverão ser comprovadas pela parte prejudicada, devendo haver o ressarcimento pelo prestador na medida dos danos causados.

Parágrafo único. Para fins do ressarcimento de que trata o caput, o prestador de serviços poderá manter seguro de responsabilidade civil, permanecendo, contudo, responsável pelo ressarcimento dos danos que excedam o montante segurado.

Art. 37-D. O contrato de monitoramento agroindustrial poderá prever a prestação de serviços de depósito de produtos agropecuários, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico pelo contratado, hipótese em que se aplicarão as normas relativas ao depósito previstas em lei.

Título IV – Dos títulos de crédito do agronegócio

Capítulo I – Das disposições gerais

Art. 38. O título de crédito do agronegócio pode ser registrado em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central do Brasil, tornando-se um ativo financeiro, e, neste caso, terá as seguintes características:

I – será cartular, antes do seu registro e após a sua baixa, e eletrônico, enquanto permanecer registrado em sistema de registro e de liquidação financeira;

II – os negócios ocorridos durante o período em que o título estiver registrado em sistema de registro e de liquidação financeira não serão transcritos na cártula; e

III – a entidade registradora é responsável pela manutenção do registro da cadeia de negócios ocorridos no período em que o título estiver registrado.

Art. 39. *Aplicam-se ao título de crédito do agronegócio, no que forem cabíveis, as normas de direito cambial, com as seguintes modificações:*

I – os endossos devem sempre indicar o endossatário;

II – o endossante, salvo cláusula em contrário, responde apenas pela existência da obrigação; e

III – o protesto cambial não é necessário para a conservação do direito de regresso.

Capítulo II – Da Cédula de Produto Rural

Seção I – Das disposições gerais

Art. 40. *A Cédula de Produto Rural (CPR) é título de crédito do agronegócio, líquido e certo, representativo de obrigação de entrega de produtos rurais, seus subprodutos e seus resíduos de valor econômico, com ou sem garantia cedularmente constituída.*

Parágrafo único. *Podem emitir CPR o produtor rural, as cooperativas integrantes da cadeia agroindustrial e as empresas do agronegócio.*

Art. 41. *A CPR contém os seguintes elementos:*

I – denominação "Cédula de Produto Rural";

II – nome do credor e cláusula à ordem;

III – data do vencimento da obrigação;

IV – descrição dos bens ou direitos vinculados em garantia, se houver;

V – data e lugar da emissão; e

VI – assinatura do emitente;

Parágrafo único. *Sem caráter de requisito essencial, a CPR pode conter outras disposições lançadas no título.*

Art. 42. *A CPR pode ser liquidada antecipadamente de forma total ou parcial.*

§ 1º *O cumprimento antecipado parcial da obrigação será anotado na cédula, tornando-a exigível apenas pelo saldo.*

§ 2º *Se a CPR for cartular, a anotação do cumprimento parcial será feita no verso da cédula, e, se eletrônica, no registro correspondente.*

§ 3º *A liquidação financeira antecipada e a existência de contraprestação não são requisitos essenciais da CPR, nem condição para o adimplemento pelo emitente da obrigação de entrega do produto.*

Art. 43. *A CPR, segundo o modo de liquidar-se a obrigação nela prevista, é:*

I – física, quando a liquidação se dá pela efetiva entrega material, pelo emitente ao credor, do produto agropecuário, seus derivados, subprodutos ou resíduos de valor econômico descritos na cédula; ou

II – financeira, quando a liquidação se dá pelo pagamento, em dinheiro, pelo emitente ao credor, das importâncias fixadas na cédula.

Art. 44. *Os credores de CPR podem nomear agente fiduciário para atuar em seu interesse comum.*

Parágrafo único. *Aplicam-se ao agente fiduciário referido no caput as normas legais e regulamentares referentes ao agente fiduciário de debenturista.*

Seção II – Da CPR-física

Art. 45. Além dos requisitos do **artigo 41**, a CPR-física conterà os seguintes:

I – a expressão “física”, em seguida à denominação do título;

II – data ou período da entrega;

III – descrição do produto, especificadas a qualidade e quantidade;

IV – local e demais condições da entrega;

V – local da lavoura, do reflorestamento ou da criação ou recria de animais.

Art. 46. A CPR de Exportação representa obrigação de entrega de produto, subproduto ou resíduo de valor econômico e é emitida em função de exportação ou de venda legalmente equiparada à exportação, realizada pelo emitente ao credor.

Art. 47. Além dos requisitos mencionados no **artigo 41** e nos incisos II a V do **artigo 45**, a CPR de Exportação contém:

I – a expressão “de exportação”, em seguida à denominação do título;

II – as condições da exportação, identificadas por meio da sigla da padronização editada pela Câmara de Comércio Internacional (Incoterms); e

III – o porto de embarque.

Parágrafo único. Quando não for marítimo o meio principal de transporte, a CPR de exportação mencionará o local da tradição dos produtos exportados.

Art. 48. A CPR-física, inclusive na subespécie de exportação, é sempre exigível pela quantidade e qualidade de produto nela descrito, não comportando liquidação financeira por opção do emitente.

Seção III – Da CPR-financeira

Art. 49. Além dos requisitos do **artigo 41**, a CPR-financeira conterá os seguintes:

I – a expressão “financeira”, em seguida à denominação do título;

II – data ou prazo de pagamento;

III – valor fixo ou a fixar, obtido pelo resultado da multiplicação da quantidade de produto agropecuário, seus derivados, subprodutos ou resíduos de valor econômico pelo seu preço ou índice de preços, observado o disposto no inciso IV deste;

IV – explicitação dos referenciais necessários à clara identificação do preço ou do índice de preços a ser utilizado, bem como do responsável por sua apuração ou divulgação, da praça ou do mercado de formação do preço e do nome do índice;

V – taxa de juros, pré ou pós-fixada, e critério de capitalização, quando houver;

§ 1º O índice de preço utilizado deve ser apurado por instituição idônea e ter divulgação periódica e facilmente acessível.

§ 2º A CPR-financeira pode estipular outras formas de remuneração, inclusive baseadas em índices ou taxas de conhecimento público, e, ainda, conter cláusula de subordinação.

Art. 50. Na CPR-financeira podem também ser pactuados:

I – os casos de ocorrência de mora e de incidência de multa e penalidade contratuais, bem como as hipóteses de vencimento antecipado da obrigação;

II – os critérios de apuração e de ressarcimento, pelo emitente ou por terceiro garantidor, das despesas de cobrança da obrigação e dos honorários advocatícios, judiciais ou extrajudiciais; e

III – outras condições de concessão do crédito, suas garantias ou liquidação, obrigações adicionais do emitente ou do terceiro garantidor.

§ 1º Sempre que necessário, o credor demonstrará ao devedor, a apuração do valor exato da obrigação, ou do saldo devedor, mediante a apresentação de planilha demonstrativa do cálculo e, quando for o caso, de extrato emitido pelo credor, documentos estes que integram a cédula.

§ 2º Os cálculos descritos no § 1º deste artigo devem evidenciar, de modo claro, preciso e de fácil entendimento e compreensão, o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a correção monetária ou cambial, multas e demais penalidades contratuais, despesas de cobrança e de honorários advocatícios devidos até a data do cálculo, além do valor total da dívida.

Seção IV – Das disposições comuns

Art. 51. *A obrigação da CPR poderá ser garantida por:*

I – hipoteca;

II – penhor;

III – alienação fiduciária;

IV – cessão fiduciária de direitos;

V – seguro garantia de obrigações contratuais; ou

VI – garantias fidejussórias.

§ 1º Aplica-se à CPR o princípio da cedularidade, que dispensa qualquer outra instrumentalização, além da própria cédula, para a constituição de garantia real de qualquer espécie.

§ 2º As garantias reais da CPR podem se referir a bem de qualquer espécie, disponível e alienável, móvel ou imóvel, material ou imaterial, presente ou futuro, fungível ou infungível, consumível ou não, cuja titularidade pertença ao próprio emitente ou a terceiro garante.

Art. 52. Para garantir CPR, imóveis rurais e urbanos podem ser objeto de hipoteca cedular ou alienação fiduciária cedular.

§ 1º Aplicam-se, nas omissões deste Código, à hipoteca cedular as normas legais sobre hipoteca.

§ 2º Aplicam-se à alienação fiduciária cedular de que trata este artigo os dispositivos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, excetos os seus artigos 26 e 27.

Art. 53. Para os fins de que trata esta Seção, podem ser objeto de penhor cedular os bens suscetíveis de penhor de qualquer espécie.

§ 1º Salvo se tratar de caução de títulos de crédito, os bens empenhados continuam na posse imediata do emitente ou do terceiro garante, que responde por sua guarda e conservação como fiel depositário.

§ 2º Incidindo o penhor sobre bem de terceiro, o emitente da cédula responde solidariamente com este pela guarda e conservação dos bens.

§ 3º Aplicam-se ao penhor constituído por CPR, conforme o caso, as normas legais sobre penhor, inclusive o agrícola, pecuário e mercantil.

Art. 54. O credor de CPR garantida por alienação fiduciária cedular ou por cessão fiduciária de direitos cedular tem os mesmos direitos, na cobrança da obrigação inadimplida, que a lei concede às instituições financeiras.

Art. 55. Os bens sobre os quais recai a garantia devem ser identificados com precisão e tornam-se infungíveis quando constarem de laudo específico mencionado na cédula.

Art. 56. A falta de identificação dos bens fungíveis objeto de alienação fiduciária não retira a eficácia da garantia, que pode incidir sobre outros do mesmo gênero, qualidade e quantidade, de propriedade do garante.

Art. 57. A CPR pode ser aditada, ratificada e retificada por aditivo datado e assinado pelo emitente e pelo credor atual, fazendo-se, na cédula, menção a essa circunstância.

Parágrafo único. O aditivo registrado integra o instrumento original do título de crédito.

Art. 58. Para a CPR ter eficácia contra terceiros deverá:

I – não havendo garantia cedular, ou esta garantia for pessoal (fidejussória): ser registrada exclusivamente no Cartório de Registro de Títulos e Documentos do domicílio do emitente;

II - em caso de hipoteca ou alienação fiduciária sobre bem imóvel: ser averbada na matrícula do bem objeto da garantia;

III - em caso de penhor ou de alienação fiduciária sobre bem móvel: ser registrada no Livro Auxiliar do Cartório de Registro de Imóveis da localização dos bens empenhados ou alienados.

§ 1º Os registros das demais espécies de garantias seguem as regras gerais aplicáveis quanto à formalização e constituição.

§ 2º A inscrição da CPR ou de aditivo é efetuada no prazo de três dias úteis, a contar do protocolo no Cartório de Registro de Imóveis, ou de Títulos e Documentos, conforme o caso, sob pena de responsabilidade funcional do oficial encarregado de promover os atos.

§ 3º Para efeito de registro em cartório, a cobrança de emolumentos e custas das CPR será regida de acordo com as normas aplicáveis à Cédula de Crédito Rural.

§ 4º A inscrição da CPR ou de aditivo é efetuada no prazo de três dias úteis, a contar do protocolo no Cartório de Registro de Imóveis, ou de Títulos e Documentos, conforme o caso, sob pena de responsabilidade funcional do oficial encarregado de promover os atos.

§ 5º Para efeito de registro em cartório, a cobrança de emolumentos e custas das CPR será regida de acordo com as normas aplicáveis à Cédula de Crédito Rural.

Art. 59. Na hipótese de contar com garantia de instituição financeira ou seguradora, a CPR pode ser emitida em favor do garantidor, devendo o emitente entregá-la a este, por meio de endosso-mandato com poderes para negociá-la, custodiá-la, registrá-la em sistema de registro e

liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central do Brasil e endossá-la ao credor informado pelo sistema de registro.

Art. 60. *O credor poderá declarar, mediante aviso extrajudicial ao emitente e demais coobrigados, se houver, a CPR vencida antecipadamente nas hipóteses de inadimplemento de qualquer das obrigações do emitente e nas previstas no título ou na lei.*

Art. 61. *Atendidos os requisitos da legislação processual, a obrigação de entrega de produto, subproduto, derivado ou resíduo de valor econômico vinculado à CPR-física deve ser exigida através de ação de execução para entrega de coisa certa.*

Art. 62. *A busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, promovida pelo credor, não elide posterior execução do crédito, inclusive da hipoteca e do penhor constituído na mesma cédula, para satisfação do saldo remanescente.*

Parágrafo único. *Na hipótese do caput, o credor tem direito ao desentranhamento do título, após efetuada a busca e apreensão, para instruir a cobrança do saldo devedor em ação própria.*

Art. 63. *Os produtos vinculados ao cumprimento da obrigação representada pela CPR não podem sofrer embargo, penhora, sequestro, arresto ou qualquer outra constrição ou embaraço que prejudique a sua livre e plena disposição, seja proveniente de feito de natureza cível, trabalhista ou tributário.*

Parágrafo único. *Cumprido ao emitente ou garantidor informar a existência da cédula às autoridades incumbidas da diligência, ou a quem a determinou, sob pena de responderem pelos prejuízos resultantes de sua omissão.*

Art. 64. *O emitente da CPR responde por evicção e não se exonera do cumprimento de suas obrigações em razão de caso fortuito ou de força maior.*

Art. 65. *O credor que, em ação judicial, cobrar valor em desacordo com o expresso na CPR fica obrigado a pagar ao devedor o dobro do cobrado a maior, passível de compensação na própria ação, sem prejuízo de sua responsabilidade por perdas e danos.*

Capítulo III – Dos títulos armazeneiros do agronegócio

Seção I – Das disposições gerais

Art. 66. São títulos armazeneiros do agronegócio o Certificado de Depósito Agropecuário - CDA e o Warrant Agropecuário - WA.

§ 1º O CDA é título de crédito representativo de obrigação de entrega de produtos agropecuários, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico, ou outras mercadorias agronegóciadas, depositados em armazém agropecuário em conformidade com a Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000.

§ 2º O WA é título de crédito representativo de obrigação de pagamento em dinheiro que confere direito de penhor sobre o CDA correspondente, assim como sobre o produto que representa.

§ 3º O CDA e o WA são títulos executivos extrajudiciais.

Art. 67. O CDA e o WA são títulos unidos, emitidos simultaneamente pelo depositário, a pedido do depositante, podendo ser transmitidos unidos ou separadamente, mediante endosso.

Art. 68. Os endossantes do CDA e do WA não respondem pela entrega do produto.

Art. 69. O CDA e o WA conterão os seguintes elementos:

I – denominação do respectivo título;

II – número de controle, que deve ser idêntico para cada conjunto de CDA e WA;

III – menção de que o depósito se sujeita à Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000, ou, no caso de cooperativas, à Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

IV – identificação, qualificação e endereços do depositante e do depositário;

V – identificação comercial do depositário;

VI – cláusula à ordem;

VII – endereço completo do local do armazenamento;

VIII – descrição e especificação do produto;

IX – peso bruto e líquido;

X – forma de acondicionamento;

XI – número de volumes, quando cabível;

XII – valor dos serviços de armazenagem, conservação e expedição, a periodicidade de sua cobrança e a indicação do responsável pelo seu pagamento;

XIII – identificação do segurador do produto e do valor do seguro;

XIV – qualificação da garantia oferecida pelo depositário, quando for o caso;

XV – data do recebimento do produto e prazo do depósito;

XVI – data de emissão do título;

XVII – identificação, qualificação e assinatura dos representantes legais do depositário;

XVIII – identificação precisa dos direitos que conferem.

Parágrafo único. O depositante e o depositário podem acordar que a responsabilidade pelo pagamento do valor dos serviços a que se refere o inciso XII é do endossatário do CDA.

Seção II – Da emissão, do registro e da circulação dos títulos

Art. 70. *A solicitação de emissão do CDA e do WA será feita pelo depositante ao depositário.*

§ 1º *Na solicitação, o depositante:*

I – declarará, sob as penas da lei, que o produto é de sua propriedade e está livre e desembaraçado de quaisquer ônus;

II – outorgará, em caráter irrevogável, poderes ao depositário para transferir a propriedade do produto ao endossatário do CDA.

§ 2º *A declaração e a outorga mencionadas no § 1º deste artigo serão arquivadas pelo depositário junto com as segundas vias do CDA e do WA.*

Art. 71. *Emitidos o CDA e o WA, fica proibida a entrega de recibo de depósito.*

Parágrafo único. *Só podem ser emitidos o CDA e o WA se o recibo de depósito anteriormente lavrado pelo armazém lhe for restituído e inutilizado.*

Art. 72. *É facultada a formalização do contrato de depósito agroindustrial quando forem emitidos o CDA e o WA.*

Art. 73. *O CDA e o WA serão emitidos em, no mínimo, duas vias, com as seguintes destinações:*

I – primeiras vias, ao depositante; e

II – segundas vias, ao depositário, nas quais constarão os recibos de entrega dos originais ao depositante.

Parágrafo único. *Os títulos terão numeração sequencial, idêntica em ambos os documentos, em série única, vedada a subsérie.*

Art. 74. *O depositário que emitir o CDA e o WA é responsável, civil e criminalmente, inclusive perante terceiros, pelas irregularidades e inexatidões neles lançadas.*

Art. 75. *O depositante tem o direito de pedir ao depositário a divisão do produto em tantos lotes quantos lhe convenha e solicitar a emissão do CDA e do WA correspondentes a cada um dos lotes.*

Art. 76. O depositário assume a obrigação de guardar, conservar, manter a qualidade e a quantidade do produto recebido em depósito e de entregá-lo ao credor na quantidade e qualidade consignadas no CDA e no WA.

Art. 77. Emitidos o CDA e o WA, o produto a que se referem não pode sofrer embargo, penhora, sequestro ou qualquer outra constrição ou embaraço que prejudique a sua livre e plena disposição, seja proveniente de feito de natureza cível, trabalhista ou tributário.

Art. 78. O prazo do depósito a ser consignado no CDA e no WA é de até dois anos, contados da data de sua emissão, podendo ser prorrogado pelo depositário a pedido do credor, os quais, na oportunidade, ajustarão, se for necessário, as condições de depósito do produto.

Parágrafo único. As prorrogações serão anotadas nas segundas vias em poder do depositário e nos registros de sistema de registro e de liquidação financeira.

Art. 79. É obrigatório o registro do CDA e do WA em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central do Brasil, anteriormente a:

I – qualquer negociação, direta ou indireta, dos dois títulos ou de um deles somente; e

II – o emprego de qualquer destes títulos em garantia de operação comercial ou bancária, no âmbito dos mercados financeiros ou de capitais.

§ 1º O registro de CDA e WA em sistema de registro e de liquidação financeira caracterizará os títulos como ativo financeiro e será precedido da entrega das cártulas à custódia de instituição legalmente autorizada para este fim, mediante endosso-mandato.

§ 2º A instituição custodiante é responsável por efetuar o endosso do CDA e do WA ao respectivo credor, quando da retirada dos títulos do sistema de registro e de liquidação financeira.

§ 3º A responsabilidade da entidade registradora está restrita à verificação da legitimidade do depositário para emissão dos títulos e

da legalidade dos requisitos operacionais, comprovados pela certificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 80. Os títulos de que trata este Capítulo podem ser negociados diretamente entre as partes interessadas, fora do mercado de bolsa e de balcão organizado, ocasião em que o CDA e o WA não podem ser endossados em separado, inclusive para fins de garantia.

Art. 81. Quando da primeira negociação do WA separado do CDA, no mercado de bolsa ou de balcão, a entidade registradora consignará em seus registros o valor da negociação do WA, a taxa de juros e a data de vencimento ou, ainda, o valor a ser pago no vencimento ou o indicador a ser utilizado para o cálculo do valor da dívida.

§ 1º Os registros dos negócios realizados com o CDA e com o WA, unidos ou separados, devem ser atualizados eletronicamente pela entidade registradora autorizada.

§ 2º Se, na data de vencimento do WA, o CDA e o WA não estiverem em nome do mesmo credor e o credor do CDA não houver consignado o valor da dívida junto ao armazém emitente, o titular do WA pode, a seu critério, promover a execução do penhor sobre:

I – o produto, mediante sua venda, na medida do necessário para satisfazer a obrigação garantida, em leilão a ser realizado em bolsa de mercadorias; ou

II – o CDA correspondente, mediante a venda do título, em conjunto com o WA, em bolsa de mercadorias ou de futuros, ou em mercado de balcão organizado.

§ 3º Nas hipóteses referidas no § 2º deste artigo, o produto da venda da mercadoria ou dos títulos será utilizado para pagamento imediato do crédito representado pelo WA ao seu respectivo titular na data do vencimento, ficando o saldo remanescente, em espécie ou em produto, à disposição do titular do CDA, depois de debitadas as despesas comprovadamente incorridas com a realização do leilão da mercadoria ou dos títulos.

§ 4º O adquirente dos títulos no leilão pode colocá-los novamente em circulação, observando-se, no caso de negociação do WA separado do CDA, o disposto no caput deste artigo.

Seção III – Da retirada do produto

Art. 82. O produto depositado pode ser retirado pelo credor que exhibir a primeira via da cártula do CDA e o respectivo WA.

Art. 83. Para retirar o produto, o credor do CDA, negociado em mercado de bolsa ou de balcão, deve providenciar a baixa do registro eletrônico do CDA e requerer à instituição custodiante o endosso na cártula e a sua entrega.

§ 1º A baixa do registro eletrônico, quando couber, ocorrerá somente se:

I – o CDA e o WA estiverem em nome do mesmo credor, observado o disposto no § 3º deste artigo; ou

II – o credor do CDA consignar, em dinheiro, na instituição custodiante, o valor do principal e dos juros devidos até a data do vencimento do WA, observado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 2º A consignação do valor da dívida representada pelo WA, na forma do inciso II do § 1º deste artigo, equivale ao seu real e efetivo pagamento, devendo a quantia consignada ser entregue ao credor do WA pela instituição custodiante.

§ 3º Na hipótese do inciso I do § 1º, a instituição custodiante deve entregar ao credor, junto com a cártula do CDA, a do WA.

§ 4º Na hipótese do inciso II do § 1º deste artigo, a instituição custodiante deve entregar, junto com a cártula do CDA, documento comprobatório do depósito consignado.

§ 5º Com a entrega do CDA ao depositário, juntamente com o respectivo WA ou com o documento a que se refere o § 4º deste artigo, o endossatário adquire a propriedade do produto nele descrito, extinguindo-se o mandato derivado do depósito.

§ 6º São condições para a transferência da propriedade ou retirada do produto:

I – o pagamento dos serviços de armazenagem, conservação e expedição, quando ainda devidos; e

II – o cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, relativas à operação.

§ 7º Quando da retirada do produto representado pelo CDA e o WA por seu credor, cabe ao depositário a emissão da documentação fiscal necessária ao seu transporte e circulação.

Seção IV – Do seguro

Art. 84. Para emissão de CDA e WA, o seguro obrigatório de que trata o art. 6º, § 6º, da Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000, deve ter cobertura contra incêndio, raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval, alagamento, inundação, furacão, ciclone, tornado, granizo, quedas de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais, impacto de veículos terrestres, fumaça e quaisquer intempéries que destruam ou deterioreem o produto vinculado àqueles títulos.

Parágrafo único. No caso de armazéns públicos, o seguro obrigatório de que trata o caput deste artigo também conterà cláusula contra roubo e furto.

Capítulo IV – Dos títulos vinculados a direitos creditórios

Seção I – Das disposições gerais

Art. 85. São títulos de crédito vinculados a direitos creditórios originários do agronegócio:

I – Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA);

II – Letra de Crédito do Agronegócio (LCA);

III – Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Parágrafo único. *Os títulos de crédito de que trata este artigo são vinculados a direitos creditórios originários de negócios realizados entre os agentes econômicos participantes da cadeia agroindustrial.*

Seção II – Do Certificado de Direito Creditório do Agronegócio

Art. 86. O Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) é título de crédito nominativo, de livre negociação, representativo de promessa de pagamento em dinheiro e constitui título executivo extrajudicial.

Parágrafo único. O CDCA é de emissão exclusiva de cooperativas de produtores rurais e de sociedade que exerça atividade do agronegócio.

Art. 87. O CDCA contém:

I – o nome do emitente e do credor;

II – o número de ordem, local e data da emissão;

III – a denominação "Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio";

IV – o valor nominal;

V – a identificação dos direitos creditórios a ele vinculados e seus respectivos valores;

VI – data de vencimento ou, se emitido para pagamento parcelado, discriminação dos valores e das datas de vencimento das diversas parcelas;

VII – taxa de juros, fixa ou flutuante, admitida a capitalização;

VIII – o nome da instituição responsável pela custódia dos direitos creditórios a ele vinculados;

IX – o nome do titular;

X – cláusula "à ordem"; e

XI – a assinatura do emitente.

§ 1º Os direitos creditórios vinculados ao CDCA serão:

I – registrados em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central do Brasil;

II – custodiados em instituições financeiras ou outras instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a prestar serviço de custódia de valores mobiliários.

§ 2º Cabe à instituição custodiante a que se refere o § 1º deste artigo:

I – manter sob sua guarda documentação que evidencie a regular constituição dos direitos creditórios vinculados ao CDCA;

II – realizar a liquidação financeira dos direitos creditórios custodiados, devendo, para tanto, estar munida de poderes suficientes para efetuar sua cobrança e recebimento, por conta e ordem do emitente do CDCA;

III – prestar quaisquer outros serviços contratados pelo emitente do CDCA.

§ 3º É admitida a emissão de CDCA em série, em que os CDCA serão vinculados a um mesmo conjunto de direitos creditórios, devendo ter igual valor nominal e conferir a seus credores os mesmos direitos.

Seção III – Da Letra de Crédito do Agronegócio

Art. 88. A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é título de crédito nominativo, de livre negociação, representativo de promessa de pagamento em dinheiro e constitui título executivo extrajudicial.

Parágrafo único. A LCA é de emissão exclusiva de instituições financeiras públicas ou privadas.

Art. 89. A LCA contém:

I – o nome da emitente e do credor;

II – o número de ordem, o local e a data de emissão;

III – a denominação "Letra de Crédito do Agronegócio";

IV – o valor nominal;

V – a identificação dos direitos creditórios a ela vinculados e seus respectivos valores, salvo se constante de instrumento apartado;

VI – a taxa de juros, fixa ou flutuante, admitida a capitalização;

VII – a data de vencimento ou, se emitido para pagamento parcelado, discriminação dos valores e das datas de vencimento das diversas parcelas;

VIII – cláusula “à ordem”; e

IX – assinatura da emitente.

§ 1º Os direitos creditórios vinculados à LCA serão:

I – registrados em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central do Brasil;

II – custodiados em instituições financeiras ou outras instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a prestar serviço de custódia de valores mobiliários.

§ 2º Na hipótese do inciso II do § 1º deste artigo, aplicam-se à LCA as normas sobre custódia de CDCA.

Seção IV – Das disposições comuns ao CDCA e à LCA

Art. 90. *O valor do CDCA e da LCA não pode exceder o valor total dos direitos creditórios do agronegócio a eles vinculados.*

Art. 91. *Os emitentes de CDCA e de LCA respondem pela origem e autenticidade dos direitos creditórios a eles vinculados.*

Art. 92. *A identificação dos direitos creditórios vinculados ao CDCA e à LCA deve ser feita no próprio título pelo correspondente número de registro no sistema.*

Art. 93. O CDCA e a LCA conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios a eles vinculados, independentemente de convenção, não se aplicando o disposto nos arts. 1.452, caput, e 1.453 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

§ 1º A substituição dos direitos creditórios vinculados ao CDCA e à LCA, mediante acordo entre o emitente e credor, importa a extinção do penhor sobre os direitos substituídos, constituindo-se automaticamente novo penhor sobre os direitos creditórios dados em substituição.

§ 2º Na hipótese de emissão de CDCA e LCA em série, o direito de penhor a que se refere o caput deste artigo incide sobre fração ideal do conjunto de direitos creditórios vinculados, proporcionalmente ao crédito do titular dos CDCA da mesma série.

Art. 94. Além do penhor constituído na forma do art. 93 desta Lei, o CDCA e a LCA podem contar com garantias adicionais, reais ou fidejussórias, livremente negociadas entre as partes.

Parágrafo único. As garantias adicionais devem ser mencionadas no título.

Art. 95. Os direitos creditórios vinculados ao CDCA e à LCA não podem ser penhorados, sequestrados ou arrestados em decorrência de outras dívidas do emitente desses títulos, a quem cabe informar ao juízo, que tenha determinado tal medida, a respeito da vinculação de tais direitos aos respectivos títulos, sob pena de responder pelos prejuízos resultantes de sua omissão.

Seção V – Da securitização de direitos creditórios do agronegócio

Art. 96. O Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) é título de crédito nominativo, de livre negociação, representativo de obrigação de pagamento em dinheiro e constitui título executivo extrajudicial.

Parágrafo único. O Certificado de Recebíveis do Agronegócio adota exclusivamente o suporte eletrônico.

Art. 97. O CRA é de emissão exclusiva das companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio.

Art. 98. O CRA contém:

I – o nome da emitente e do credor;

II – o número de ordem, local e data de emissão;

III – a denominação "Certificado de Recebíveis do Agronegócio";

IV – o valor nominal;

V – a data de vencimento ou, se emitido para pagamento parcelado, discriminação dos valores e das datas de vencimento das diversas parcelas;

VI – a taxa de juros, fixa ou flutuante, admitida a capitalização;

VII – a identificação do Termo de Securitização de Direitos Creditórios que lhe tenha dado origem.

Parágrafo único. O CRA pode ter, conforme dispuser o Termo de Securitização de Direitos Creditórios, garantia flutuante, que assegurará ao seu titular privilégio geral sobre o ativo da companhia securitizadora, mas não impedirá a negociação dos bens que compõem este ativo.

Art. 99. As companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio são instituições não financeiras constituídas sob a forma de sociedade por ações e terão por finalidade a aquisição e securitização desses direitos e a emissão e colocação de Certificados de Recebíveis do Agronegócio no mercado financeiro e de capitais.

Art. 100. As companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio podem instituir regime fiduciário sobre direitos creditórios oriundos do agronegócio, regido, no que couber, pelos arts. 9º a 16 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.

Art. 101. A securitização de direitos creditórios do agronegócio é a operação pela qual tais direitos são expressamente vinculados à emissão de uma série de títulos de crédito, mediante Termo de Securitização

de Direitos Creditórios, firmado pela companhia securitizadora, do qual constará, além das disposições gerais e outros elementos convencionados:

I - definições, prazos e autorização;

II - condições precedentes;

III - características dos direitos creditórios;

IV - características da emissão e da oferta;

V - características do CRA;

VI – especificação do regime fiduciário;

VII - declarações e obrigações do agente fiduciário;

VIII - declarações e obrigações da emitente;

IX - fatores de risco envolvidos com a emissão;

X – modo de convocação, instalação e funcionamento da assembleia geral dos credores;

XI - despesas da emissão;

XII – discriminação dos tributos incidentes sobre a operação;

XIII – meios de comunicação entre as partes; e

XIV - lei e cláusula de resolução de conflitos.

Seção VI – Das disposições comuns ao CDCA, à LCA e ao CRA

Art. 102. *É facultada a cessão fiduciária em garantia de direitos creditórios do agronegócio, em favor dos adquirentes do CDCA, da LCA e do CRA, nos termos do disposto nos arts. 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.*

Art. 103. *O CDCA, a LCA e o CRA podem conter previsão expressa de variação do seu valor nominal, desde que contida na mesma cláusula dos direitos creditórios a eles vinculados.*

Art. 104. O CDCA, a LCA e o CRA podem ser distribuídos publicamente e negociados em bolsas de valores e de mercadorias e em mercados de balcão organizados autorizados a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, será observado o disposto na Lei nº 6.385, de 7 de novembro de 1976.”

Art. 2º Altere-se a redação do artigo 669 do Projeto de Lei em epígrafe, substituindo-se o atual inciso VIII pelo novo e incluindo os incisos IX e X:

“Art. 669. Revogam-se:

.....

VIII – o § 1º do art. 9º da Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000;

IX – a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, exceto os seus arts. 4º, 14, 18, 49 e 52;

X – a Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, exceto os seus arts. 17 e 19.”

Sala da Comissão, em 20 de Maio de 2015.

Deputado HILDO ROCHA

Relator Parcial do Livro do Agronegócio